

1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil¹

Luciana Tatagiba²

Resumo

Esse ensaio analisa o ciclo de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em 2013 a partir da comparação com dois outros ciclos de protestos de nossa história recente: as Diretas Já, em 1984, e o Fora Collor, em 1992. O objetivo é explorar a **forma** que a mobilização assumiu, o seu **como**, a partir de três eixos de comparação: a construção simbólica dos protestos, a infraestrutura de mobilização e as performances confrontacionais. A análise busca responder a duas questões centrais: quais as inovações e continuidades dos protestos de 2013, em relação às campanhas de 1992 e 1984? E o que essas diferenças nos revelam sobre os avanços e os desafios da democracia brasileira hoje?

Palavras-chave: Ciclo de protestos. Movimentos sociais. Democracia.

Em 2013, a política brasileira foi sacudida por uma grande mobilização de massa que teve como gatilho o aumento das tarifas do transporte coletivo. Os protestos de Junho de 2013 foram um daqueles momentos nos quais a capacidade de intervenção da sociedade sobre a política se amplia, varrendo para longe as frágeis certezas que balizam o jogo rotineiro da política institucional. Ainda não sabemos com clareza quais são os saldos do ciclo de protestos contra o aumento da tarifa – quem ganhou, quem perdeu, quais os impactos sobre o imaginário político, se a mobilização popular conseguirá impulsionar

1 Versões preliminares desse texto foram apresentadas no “V Seminário Nacional Movimentos Sociais e Participação no Brasil: Diálogos Transversais”, realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (NPMS/UFSC), nos dias 10 e 11 de abril de 2014; e no Seminário “Sociedade Civil, Democracia e Contestação”, Escola de Altos Estudos/CAPES, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 24 e 27 de novembro. Agradeço aos organizadores a possibilidade do diálogo e ao público pelas questões que me foram dirigidas. Também agradeço ao parecerista anônimo a leitura atenta e suas críticas à primeira versão do texto.

2 Professora do Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva, NEPAC/UNICAMP. Email: lucianatatagiba@uol.com.br.

reformas e qual será a direção delas. O ciclo ainda segue em aberto e teve mais um lance empolgante nas eleições de outubro com direito a frio na barriga e suspense até o último minuto. Como em 1989, a eleição presidencial de 2014 foi o momento que condensou a energia liberada pelo povo na rua com todo seu contraditório e multifacetado “desejo de mudança”.

Nesse texto, busco desenvolver uma reflexão sobre o ciclo de protestos de junho, sob a forma de um ensaio, a partir da comparação com dois outros ciclos de mobilização de nossa história recente: as Diretas Já e o Movimento pela Ética na Política³.

Entre novembro de 1983 e abril de 1984, no contexto da transição, milhares de pessoas saíram às ruas do país exigindo do Congresso a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria eleições diretas para presidente da República. No dia 26 de abril de 1984, a Emenda foi derrotada pelo plenário da Câmara. Essa é a campanha que ficou conhecida como as Diretas Já. O segundo ciclo de protestos de nossa história recente foi a Campanha pela Ética na Política, ou Fora Collor, em 1992, quando milhares de brasileiros voltaram às ruas, em mobilizações coletivas que se estenderam de maio a dezembro, para exigir a saída do primeiro presidente eleito após o retorno da democracia, Fernando Collor de Melo, envolvido em denúncias de corrupção. O *impeachment* de Collor foi aprovado pelo plenário da Câmara em 29/9/1992. Em junho de 2013, protestos contra o aumento da tarifa do transporte público, que até então estavam restritos a algumas capitais, foram nacionalizados a partir da forte repressão policial contra os manifestantes na cidade de São Paulo. Os protestos provocaram redução das tarifas em várias cidades e continuaram nos meses seguintes, com protestos pontuais e pautas variadas.

A comparação aqui proposta não irá explorar as relações entre esses três ciclos; os efeitos desses ciclos de protestos sobre o sistema político ou uma re-

3 Os três ciclos de protestos espalharam-se por várias cidades brasileiras e tiveram características particulares a depender do contexto específico das manifestações. Contudo, a maior parte da bibliografia a que tive acesso embora pretenda resgatar a dinâmica nacional do conflito toma como base, principalmente, o desenrolar dos eventos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse é um viés que também será notado nesse ensaio. Também é importante considerar que nesse texto debruço-me sobre os eventos no momento em que estes atingiram o seu pico da mobilização, com os grandes e massivos protestos de rua. No caso da Jornada de Junho, isso significa que o período em tela concentra-se no mês de junho, embora seja sabido que o ciclo segue com manifestações mais localizadas e de menor intensidade.

cuperação detida dos eventos que identifique os mecanismos que atuaram nos processos de mobilização e desmobilização intraciclos. Essas são questões de pesquisa altamente provocativas, mas que fogem ao escopo necessariamente mais modesto desse ensaio.

Meu objetivo será explorar a **forma** que a mobilização assumiu, o seu **como**, a partir de três eixos de análise: i) a construção simbólica dos protestos; ii) a infraestrutura de mobilização; iii) e as performances confrontacionais. A análise busca responder a duas questões centrais: quais as inovações e continuidades dos protestos de 2013, em relação às campanhas de 1992 e 1984? E o que essas diferenças nos revelam sobre os avanços e os desafios da democracia brasileira hoje?

A agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais voltou a recuperar vigor na academia brasileira, principalmente a partir da segunda metade dos anos de 2000. A retomada do tema veio acompanhada de uma diversificação das vertentes teóricas mobilizadas e uma renovação das agendas de pesquisa, com destaque para a importância crescentemente assumida pela abordagem do confronto político (McADAM; TARROW; TILLY, 2001; TILLY, 2008; TARROW, 2011) e sua ênfase sobre a relação entre política institucional e contestatória. Ao invés de um foco restrito sobre os movimentos sociais, a abordagem estimula e requer uma análise cuidadosa da interação entre os diferentes atores que tomam parte na cena política contenciosa, em contextos marcados por oportunidades e ameaças à ação coletiva. Sob esse enquadramento mais geral, vem ganhado destaque a análise das relações entre movimentos sociais e Estado e a complexidade dos repertórios mobilizados pelos atores no decurso da dinâmica contenciosa⁴.

No que se refere especificamente à análise dos ciclos de protestos no Brasil, não identificamos o mesmo avanço em termos de publicações especializadas. São ainda poucos os estudos disponíveis sobre as campanhas de 1984 e 1992, e no caso das Jornadas de Junho de 2013 ainda não apareceram

4 Conferir, entre outros: Abers e Oliveira (2013); Abers e Tatagiba (no prelo); Abers e Von Bülow (2011); Abers, Serafim e Tatagiba (2014); Baiocchi, Heller e Silva (2011); Blikstad (2012); Dagnino e Tatagiba (2010); Dowbor (2012); Leitão (2012); Silva e Ruskowskis (2010); Silva (2010; 2011); Silva e Oliveira (2011); Silva e Schmitt (2012); Dowbor e Szwako (2013); Tatagiba (2011); Tatagiba e Blikstad (2011); Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012); Tirelli (2013).

publicações de peso, certamente devido à proximidade temporal do evento⁵. De certa forma, esse ensaio pretende contribuir para estimular novas pesquisas sobre o tema dos ciclos de protestos e sua relação com a democracia.

O conceito de ciclo de protestos refere-se a uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados (TARROW, 2011). Ao envolver o conjunto da sociedade no conflito, a dinâmica do ciclo exige uma resposta das autoridades, as quais tendem a combinar, em níveis variados, repressão e incorporação das demandas (TARROW, 2011). É esse escopo territorialmente ampliado do conflito e a capacidade de mobilizar diferentes grupos que distinguem os ciclos de protestos de outros importantes eventos de confrontação política, como as campanhas promovidas por movimentos sociais singulares. A característica-chave dos ciclos de protestos é o efeito de difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados (os “madrugadores”, que iniciam o ciclo) para outros grupos e para seus antagonistas (TARROW, 2011, p. 195-215). Nessas ondas de confronto, os movimentos sociais e suas organizações são um dentre vários outros atores cuja ação e interação define a dinâmica do ciclo, “Within such periods, organizations and authorities, and movements and interest groups, members of the polity and challengers interact, conflict and cooperate. The dynamic of the cycle is the outcome of their interaction.” (TARROW, 2011, p. 201).

O vínculo entre mobilização coletiva e política institucional é a chave para a compreensão dos ciclos de protestos. As dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e Estado, no decorrer do jogo político rotineiro no qual atores organizados buscam influenciar as instituições. Ao mesmo tempo, as dinâmicas de mobilização e desmobilização internas ao ciclo podem provocar mudanças nas relações entre autoridades e desafiadores, abrindo espaço para a expressão de novos atores e

5 Foram utilizadas as seguintes obras como fontes principais de consulta: Rodrigues (1993; 2000 e 2003); Kotscho(1984); Bertonecelo(2009); Tatagiba (1998; 1994). Sobre a jornada de junho, tomei como referência principal: Judensnaider, E. et al. (2013) e Maricato et al. (2013), além de vários artigos publicados na imprensa alternativa, que serão citados ao longo do texto.

discursos, com potenciais impactos sobre a política institucionalizada. Dito de outra forma, as mobilizações coletivas são eventos que rompem o jogo político rotineiro. Mas, como sabemos, suas bases encontram-se na forma como ao longo do tempo se conformaram os padrões de interação entre movimentos sociais e atores político-institucionais. Meu principal argumento nesse ensaio é que embora a Jornada de Junho guarde semelhanças com os ciclos de protestos que a precedeu, há diferenças significativas que expressam uma nova configuração entre política institucional e contestatória forjada, por sua vez, no rastro de profundas mudanças nos padrões de interação entre movimentos sociais, Estado e partidos ao longo desses últimos 30 anos.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, descrevo e comparo a anatomia dos protestos nos três ciclos, a partir dos seguintes eixos: construção simbólica dos protestos; infraestrutura de mobilização e performances confrontacionais. Na segunda parte, analiso as continuidades e rupturas verificadas nas formas de mobilização coletiva nos três ciclos, tendo como perspectiva a relação entre ciclos de protestos e democracia.

I A construção simbólica dos protestos

Um ponto comum nas análises sobre os protestos de junho é o reconhecimento da diversidade das reivindicações, com suas múltiplas bandeiras e palavras de ordem. A organização que chamou os protestos de 2013 foi o Movimento Passe Livre (MPL). A principal bandeira do MPL, como o nome diz, é a tarifa zero no transporte público, primeiro reivindicada para os estudantes e, depois, ampliada como uma demanda universal (MPL, 2013). É em referência a esse horizonte mais amplo que se dá a luta do movimento contra os aumentos das tarifas do transporte público, em várias cidades brasileiras. A demanda pela tarifa zero está associada à agenda da reforma urbana, na qual o item da mobilidade assume centralidade, principalmente em uma megalópole como São Paulo (MARICATO et al., 2013). A tarifa zero remete a um desejo de ocupação da cidade e de circulação pelos seus espaços públicos, um direito tradicionalmente negado aos moradores das periferias (MARICATO et al., 2013; CARDOSO, 2013).

Embora tivesse no horizonte essa agenda mais ampla, o MPL convocou os protestos a partir de um foco preciso e bem definido: a revogação do aumento da passagem de ônibus que passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,20.

Portanto, desde o começo, foi sim uma luta por 0,20 centavos. Mas, o MPL não guiou os rumos dos protestos, tampouco desejou ou conseguiu controlar as pautas que os manifestantes levaram para as ruas. À medida que se dava a mudança de escala do confronto, novos atores incorporavam-se às manifestações ampliando e diversificando os cenários institucionais implicados no confronto. Nesse processo de difusão, reduzia-se o poder de coordenação do MPL.

A indignação expressa nas ruas teve muitas faces, e pelas peculiaridades da dinâmica do ciclo não houve a conformação de um frame capaz de conferir unidade a essa diversidade para além do estopim: contra o aumento da tarifa do transporte público.

Não que nas Diretas Já e no Fora Collor não houvesse nas ruas grupos igualmente heterogêneos, e vários protestos em uma só mobilização coletiva. Kotscho (1984) lembra que na campanha das Diretas o tema do “arrocho salarial”, ao lado da crítica à presença dos EUA na América Latina e aos acordos com o FMI, compunha o leque de temas a partir dos quais os diferentes grupos buscavam afirmar a legitimidade dos protestos. E o repórter lembra como foi difícil conduzir o bloco de oposição ao regime, já fragmentado após a anistia, a travar uma luta comum, “Claro, todo mundo era e é a favor das eleições diretas – com a exceção óbvia dos defensores das trevas. [...] Do desejo à prática, porém havia um insuperável abismo, que as tentativas de consenso, acordos de cúpula, negociações e todo aquele repertório já conhecido de longa data não conseguiam resolver. Nunca se gastou tanto em DDD, almoços e jantares, papéis e projetos políticos” (KOTSCHO, 1984, p. 16). Dessa articulação, consolidada em cada ato nos eventos suprapartidários, afirmou-se acima das diferenças o mote “quero votar para presidente”. Nessa mesma direção, vale lembrar também os diferentes significados que a “ética na política” assumiu no processo de luta pelo *impeachment* de Collor. Como discutido em Tatagiba (1998), algumas das principais organizações representativas da sociedade civil no Movimento pela Ética na Política (CNBB, CUT, PNBE e OAB) deram sentidos diversos ao *slogan*. Para a CNBB, a “ética na política” significava a revelação da verdade, contra aquele que mentiu e roubou, numa particular associação entre ética pública e privada: quem não tem ética na vida privada não pode exercer o poder público. Não por outro motivo, referência bíblica “A verdade vos libertará” era frequentemente invocada nas comunicações dirigidas à igreja e ao congresso. Já no discurso da OAB, a ética na política definiu-se

em referência aos preceitos constitucionais, e a campanha pelo *impeachment* significava nesse caso uma vigilância pela manutenção do estado democrático de Direito. No caso dos empresários reunidos em torno do PNBE, a “ética na política” aparece como condição para a estabilidade política, a qual, por sua vez, é considerada indispensável para o desenvolvimento econômico. É o problema da governabilidade e suas implicações sobre a ação dos agentes econômicos que conforma seu campo discursivo em torno do qual trabalham pela adesão de sua base ao protesto. Já no caso da CUT, a “ética na política” teve como centro a crítica ao programa de reformas neoliberal introduzido pelo governo Collor. Nesse caso, a associação entre ética, democracia e justiça social conforma os principais sentidos presentes nas publicações da Central, “A ética na política vai se estender para a ética na economia. A gestão do público será cada vez mais transparente, doa a quem doer, porque a consolidação da democracia assim o exige” (CUT apud TATAGIBA, 1998, p. 159). Diante dos interesses diversos, e até mesmo conflitantes, o desafio da construção de um marco comum para o confronto – tanto no caso das Diretas Já como na mobilização pelo *impeachment* – mobilizou parte significativa da energia dos organizadores. Nos dois casos, o papel dos partidos políticos foi decisivo para essa costura. As “Diretas Já” e a “Ética na Política” foram frames construídos a partir de um forte trabalho de negociação e articulação políticas conduzido pelas principais lideranças partidárias da oposição (voltaremos a esse tema no próximo item).

Em junho foi diferente. Se as massas nas ruas afirmam o desejo do exercício da política sem mediações institucionais, a lógica do “cada pessoa um cartaz” tão presente nos protestos de junho, ratificava que – para além da demanda básica, “a redução da tarifa” – os sentidos dos atos poderiam ser tantos quantos aqueles dispostos a encarar a disputa pelo enquadramento do confronto. E nesse caldeirão, o desejo por mais participação e respeito aos direitos das minorias (como na pauta em favor da legalização do aborto e dos direitos sexuais) vinha junto com propostas de militarização, redução da maioria penal e contra avanço dos direitos sociais. À medida que o protesto se nacionalizava, o “desejo por mudança” e “contra tudo o que está aí” se metamorfoseava em diferentes e contraditórias bandeiras de luta que acabavam dividindo espaço em um mesmo protesto.

Nos três ciclos de protestos, os símbolos nacionais estiveram muito presentes nas mobilizações. Nas Diretas Já, os relatos da época, invariavelmente, lembram como soltar o “grito preso na garganta”, para usar os termos de Rodrigues (2003), vinha cercado de forte carga emocional e moral, sintetizado na ideia da festa cívica. O verde e amarelo, as cores das Diretas, e o hino nacional, cantado invariavelmente ao final dos comícios pelos políticos nos palanques e pelo público presente, expressavam um sentido de reapropriação do Brasil pelos brasileiros (MEYER; MONTES, 1985; KOTSCHO, 1984). Na sua leitura sobre a Campanha das Diretas Já, Bertoucelo (2009) sugere que a reivindicação da “nação” e seu “núcleo sagrado” nos protestos (bandeira, hino nacional e heróis) tinha como contrapartida a profanação do centro do poder (nos enterros simbólicos, nas encenações teatrais que visavam ridicularizar os poderosos). Festa cívica e carnaval compoem as duas faces da ritualização do poder nas ruas.

Ao entoarem o hino nacional ao final das manifestações, ao se vestirem com a indumentária das diretas, ao pintarem suas casas com as cores da campanha (o verde e o amarelo), ao trazerem heróis nacionais (como Tiradentes), artistas, cantores, jogadores de futebol às ruas e praças, os participantes reivindicavam representar a “nação” e seu “centro sagrado” (que ali buscavam reinterpretar e reconstruir). Por outro lado, o centro político da sociedade foi “profanizado”, com a criação de bonecos satirizando figuras políticas importantes como “Paulo Maluco”, “Mario Dazzar” e “Aureliano Chavão”, a malhação de outros, representando Ministros de Estado, enterros simbólicos do regime militar, do Colégio Eleitoral, do presidente Figueiredo etc. (BERTONCELO, 2009, p. 191).

Também no *impeachment*, o “verás que um filho teu não foge à luta” virou cartaz nas mãos dos “caras pintadas” de verde e amarelo. Interessante lembrar o 7 de Setembro quando o governador Fleury distribuiu no desfile oficial o “kit pró-*impeachment*” (bandeira, bóton e faixa para cabeça) com os dizeres: “O verde-amarelo é nosso, não *delle*” (RODRIGUES, 2000, p. 234). E, mesmo depois que o presidente Collor convocou a guerra das cores, o verde e amarelo continuaram imperando ao lado do preto (o luto) e do vermelho (a cor da luta).

O ciclo de protestos de 2013, assim como os seus antecessores, não era monocromático. Mas, dessa vez, causou particular estranheza a força com que emergiu nas ruas o canto dos estádios “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verdes e amarelas,

e referências como “o gigante acordou” e “verás que um filho teu não foge à luta”, associados à rejeição à presença das bandeiras partidárias (vermelhas), em certa fase do conflito, como veremos. O fato é que para uma juventude ainda pouco habituada às ruas, o hino dos estádios parecia oferecer também um grito de guerra para sua iniciação política, em um cenário marcado por uma profunda desconfiança nas instituições políticas. Ao entrar na disputa pelo enquadramento do conflito, a mídia hegemônica tratou de pautar nos seus termos a guerra das cores: “vândalos” e “baderneiros” (os que trajam preto), “oportunistas” (com suas bandeiras vermelhas) e os brasileiros “ordeiros e pacíficos” (com seus trajes verdes e amarelos).

Para encerrar esse item, uma breve menção ao tema que aparece com centralidade maior ou menor nos três ciclos de protestos: a questão da corrupção. No caso dos protestos de junho, o tema alcançou maior força a partir do momento em que os protestos se massificaram, como reação à forte repressão da polícia paulista contra os manifestantes, ocorrida em 13/6, evento que marca uma inflexão importante no rumo dos protestos. A partir desse foi ponto, foi comum a associação das mobilizações a uma luta contra a corrupção, naquele momento encarnada nos gastos para a copa do mundo. Exemplificando esse esforço para associar os protestos de junho a uma luta contra a corrupção, Judensnaider et al. (2013) lembram a capa da Revista Veja, de 15/6, que trouxe como título “A revolta dos jovens – Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”.

As redes sociais repercutiam a mudança discursiva dos protestos. Na sexta-feira, 14/06, a segunda publicação mais compartilhada traz um jovem que segura um cartaz com o seguinte conteúdo: “Copa FIFA = 33 bilhão\$. Olimpíada = 26 bilhão\$. Corrupção = 50 bilhão\$. Salário Mín. = 678 reais\$. E você ainda acha que é por 20 centavos?” (JUDENSNAIDER et al., 2013). Na quinta posição, uma imagem traz os dizeres: “O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil!”. (JUDENSNAIDER et al., 2013). Os grupos à esquerda, também utilizando principalmente as redes sociais, denunciaram a forma como o tema da corrupção estava sendo usado como argumento para uma guinada à direita dos protestos.

Mas, apesar das características conjunturais que explicam a entrada do tema do combate à corrupção nos protestos de junho, gostaria aqui de lembrar que a luta contra a corrupção tem sido bandeira frequente dos setores

organizados desde a transição, e que inclusive foi um dos fatores que justificaram a criação de um novo partido político, o PT, cuja novidade estava justamente em encarnar uma “nova forma de fazer política”. Durante muito tempo, o PT buscou afirmar sua identidade como um partido que não se envolve em negociatas, conchavos, que não corrompe e não é corrompido. A luta dos movimentos sociais nos anos 1970 politizou o tema da corrupção. Não estranha, portanto, que “ser honesto” tenha se tornado a principal exigência dos eleitores na campanha presidencial de 1989. Mortiz (1996) mostra como o tema da moralidade pública permeou, embora com enquadramentos distintos, o discurso de todos os candidatos à presidência em 1989. Rodrigues também destaca esse ponto, “Foram as questões de ordem ‘ética’ as que mobilizaram a cidadania na mais disputada eleição da história republicana” (RODRIGUES, 2000, p. 343). Collor venceu as eleições como o “caçador de marajás” e se viu, dois anos depois, no epicentro do conflito que colocava novamente no centro do debate a questão da “ética na política”. Em 2005, as denúncias do “mensalão do PT” colocaram em risco o segundo mandato do presidente Lula. Em 2013, o tema reaparece como um dos principais temas das mobilizações de rua e, em 2014, denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras quase custam a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Ou seja, o frame do “combate à corrupção” encontra forte ressonância popular, o que o tornou uma bandeira poderosa de mobilização à esquerda e à direita ao longo desses 30 anos. E nas mobilizações de junho não foi diferente.

2 A infraestrutura do protesto

Há diferenças marcantes em termos da infraestrutura do protesto quando comparamos as mobilizações de 2013, 1992 e 1984. As principais diferenças dizem respeito ao deslocamento da centralidade dos partidos e a importância assumida pelas redes sociais como forma de mobilização e recrutamento.

No caso das Diretas Já e do Fora Collor, a estrutura de mobilização esteve assentada na formação das frentes suprapartidárias que contavam também com a representação de diferentes organizações de movimentos sociais, dentre os quais se destaca CUT, CNBB, OAB, UNE, entre outras. A formação dessas frentes foi considerada importante não apenas para garantir a legitimidade das demandas, afastando o risco de o movimento ser caracterizado como partidário, mas também levar adiante o difícil trabalho de mobilização, o que incluía

garantir os recursos financeiros necessários. Aos partidos cabia mobilizar as bases, oferecer apoio financeiro e material para a organização dos eventos e fazer *lobby* no congresso pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira e do pedido de admissibilidade do *impeachment*, respectivamente.

Pelos partidos passava parte importante do recrutamento para os protestos, que consistia, principalmente, na produção de material impreso que era então distribuído em ruas, fábricas, sindicatos, igrejas, comunidades eclesiais de base e movimentos de bairro, a partir do engajamento prévio dos militantes dessas organizações. Falando sobre a preparação para o primeiro grande comício em São Paulo, no final de 1983, Kotscho dá uma ideia do que essa organização envolvia:

Quem chegasse ontem a São Paulo não teria ideia da mobilização que está sendo feita para transformar o ato suprapartidário em favor das eleições diretas na maior manifestação de rua da cidade nos últimos tempos – nenhuma faixa, nenhum cartaz, rarefeito noticiário nas rádios e nas televisões. Os convites estão sendo feitos boca a boca ou por meio de folhetos, em pontos de ônibus e portas de fábrica. Só o PT já havia distribuído mais de 1,2 milhão até ontem, mobilizando mais de três mil pessoas nesse trabalho. O PMDB enviou telegramas a todos os diretórios, convocando seus militantes para a festa-comício. (KOTSCHO, 1984, p. 16).

Todo esse intenso trabalho de mobilização estava amparado nos “Comitês Pró-Diretas”, formados por movimentos populares e partidos de oposição que funcionavam como espaços de canalização das demandas sociais e mobilização nos territórios.

De fato, os comitês, que reuniam os partidos de oposição, membros do grupo pró-diretas do PDS, além de associações e entidades sociais diversas, constituíram-se em grande medida apropriando-se do aparato organizacional existente e transformando-o em estruturas de mobilização. Esse foi um dos fatores que permitiu expandir a luta por eleições diretas pelo território nacional. (BERTONCELO, 2009, p. 6).

Também no caso do *impeachment* PT, PMDB e PSDB decidiram formalizar uma frente pró- *impeachment*, com participação da sociedade civil: “Nesse momento temos que ser uma frente, como foi aquela contra o regime militar. Temos que ter a consciência de ir para as ruas juntos” (O. Quércia, Folha de S. Paulo, 13/08/1992). A prioridade dos dirigentes era conversar com os governadores e prefeitos sensibilizando-os a apoiarem os atos. Para evitar um caráter eleitoral aos atos, os líderes oposicionistas propuseram que

apenas os presidentes dos partidos e de entidades discursassem, evitando a participação de candidatos a prefeitos ou vereadores. Também foi decidido que os partidos da frente reservariam um espaço em seus programas eleitorais para a campanha pró-*impeachment* (TATAGIBA, 1994).

A presença dos partidos nas mobilizações nunca foi uma questão simples. E a frente suprapartidária, repito, foi uma estratégia encontrada pelos atores para lidar com o problema da coordenação da ação. Mas, mesmo assim, isso não impediu a emergência de conflitos de natureza variada. Em 1984, os partidos de oposição ainda contavam com uma forte legitimidade social, o que não impedia o risco de que as desavenças partidárias minassem o esforço de forjar uma unidade estratégica. É sempre lembrado, nesse sentido, o evento de 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, quando Lula impediu que o público vaiasse o governador Franco Montoro, com o qual dividia o palanque: “Se alguém tiver que ser vaiado que seja eu. Vamos trabalhar de forma unitária. Só assim vamos poder dizer: o povo na praça conquistou as eleições diretas para presidente da república” (KOTSCHO, 1984, p. 27). Há também o relato dos preparativos para o grande comício em Belo Horizonte, no qual Tancredo Neves pessoalmente teria negociado com a II Divisão do Exército –que não colocasse homens de prontidão; com o presidente do Banco Central – para que não fechasse as agências bancárias no dia do comício para não esvaziar os atos; e com o PCdoB – “para que as temidas bandeiras vermelhas não fossem ostensivamente apresentadas” (RODRIGUES, 2003, p. 55). De vermelho, segue Rodrigues, só foram vistas na praça as bandeiras do PT. Nos protestos pelo *impeachment*, os partidos tiveram posição de destaque, como dissemos, mas a partir da entrada dos “caras pintadas” cresceu a reação contra a presença das lideranças partidárias nos eventos. Sobre a grande passeata no Rio de Janeiro, em 21 de agosto, narra Rodrigues:

No Rio de Janeiro, novo recorde de público: uma multidão de 25 mil pessoas (para a PM) e cem mil (segundo a UNE) reuniu-se no centro [...] embora sem contar, mais uma vez, com a presença de nenhuma liderança nacional de expressão, predominaram no ato os estudantes. [...] Representantes dos partidos e candidatos foram recebidos com frieza e hostilidade. (RODRIGUES, 2003, p. 222).

O mesmo se repetiu na manifestação de 15 de setembro no Rio:

[...] manifestação promovida pela UNE terminou em confusão e agressões físicas ao prefeito, Marcelo Alencar. Houve ainda brigas e discussão entre militantes do PDT e da

Convergência Socialista. [O ato foi] marcado por forte reação dos estudantes à presença de candidatos às eleições municipais. Nenhum dos candidatos pode subir ao carro de som e só com muita discrição alguns puderam distribuir panfletos. (RODRIGUES, 2003, p. 237).

Nas Jornadas de Junho, não apenas a infraestrutura de mobilização esteve assentada em outras bases, sem qualquer papel efetivo dos partidos no recrutamento e organização das mobilizações, como também cresceu de forma inédita o nível de hostilidade em relação à presença dos partidos e dos militantes partidários nos protestos.

Nas Jornadas de Junho, a organização que convocou os protestos foi o Movimento pelo Passe Livre, um movimento que atua em diversas capitais desde 2004⁶. Autonomia e horizontalidade são valores que conformam a identidade do movimento: “O MPL é um movimento social, independente e horizontal, o que significa que não temos presidentes, dirigentes, chefes ou secretários, todos têm a mesma voz e poder de decisão dentro dos nossos espaços” (Site do MPL, Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao>>. Acesso em: 28 ago. 2014). A narrativa de criação do movimento remete à mobilização contra o aumento das passagens em Salvador, em 2003, intitulada como a “Revolta do Buzu” (MPL-SP, 2013) e mostra a relação entre as estratégias do movimento e a construção de sua identidade:

Durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios [...]. A revolta do Buzu exigia, na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária de organização. (MPL-SP, 2013, p. 14).

Outras “revoltas” compõem a memória do movimento, como a “Revolta da Catraca”, em 2004, em Florianópolis, que teria servido de base para a

6 “O MPL talvez seja o primeiro grande movimento social pós-Lula, pós-hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT), no campo da esquerda no país. O MPL não é filiado a nenhuma central de movimentos ou central sindical. Suas lideranças não têm raízes no movimento social que ajudou a combater a ditadura militar, que participou da Constituinte, que lutou no Fora Collor ou que resistiu às privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Embora tenha militantes ligados a partidos políticos de esquerda, sua forma de organização está muito mais próxima das tradições do anarquismo libertário, que pressupõe horizontalidade nas decisões e aversão a espaços de negociação com o Estado. É filha de Seattle e Gênova. No entanto, não se exime de acolher indivíduos militantes filiados a partidos políticos no movimento. São apartidários, mas não antipartidários” (ROMÃO, 2013, p. 11-12).

criação do MPL, em 2005; a “Revolta de Vitória”, em 2006; a “Revolta de Teresina”, em 2011; a “Revolta de Aracaju”, em 2012; a “Revolta de Natal”, em 2012; a “Revolta de Porto Alegre”, em 2013; e a “Revolta de Goiânia”, em 2013 (MPL-SP, 2013). Integram ainda a narrativa do movimento, ações localizadas de resistência cotidiana contra a péssima qualidade dos serviços públicos. Como no “gesto cotidiano” de quem não paga a tarifa, pula a catraca, entra pela porta traseira ou desce pela frente “e implementa, assim na prática, a tarifa zero” (MPL-SP, 2013, p. 16-17), ou ainda na ação dos usuários que indignados depredam as estações de ônibus e metrô (MPL-SP, 2013, p. 17). “Revolta” e “indignação” são ideias muito presentes na narrativa do MPL e traz à baila o sentido político das humilhações cotidianas e o seu potencial para ativar a ação coletiva, muitas vezes violenta⁷.

Em 2 de junho de 2013, quando a CPTM aumentou a tarifa do transporte pública de R\$ 3,0 para R\$ 3,20, o MPL se preparava para mais uma “revolta”, dessa vez em São Paulo. Mas, o conflito se nacionalizou e implicou diretamente os poderes constituídos, no mais importante ciclo de mobilizações desde o *impeachment*. A proporção que o protesto assumiu jogou luz sobre o MPL e exigiu deste grande capacidade de articulação e coordenação. Nesse processo, a estrutura organizacional do MPL e seus métodos de luta foram colocados à prova.

O MPL se apresenta como grupo autônomo, vinculado à esquerda e com uma estrutura organizacional horizontal. Segundo o MPL, no movimento todos teriam a mesma voz e poder de decisão. Como sugerem Judensnaider et al. (2013), a força e a fraqueza do MPL estão diretamente associados ao perfil dos seus militantes: jovens que têm aversão aos meios institucionais, como os partidos políticos e a disputa pelo poder do Estado (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 14).

As estratégias organizativas do passe livre envolvem atuação nas escolas secundárias, com debates sobre a questão dos transportes e bloqueio de vias locais como forma de recrutar estudantes (MPL-SP, 2013; JUDENSNAIDER et al., 2013). A ideia é que a atuação focada no território fortalece a autonomia de cada região e, ao mesmo tempo, a capacidade dos núcleos locais do

⁷ Para uma discussão do repertório do MPL antes da jornada de Junho, remeto a Monika Dowbor e José Szwako, 2013.

MPL de coordenar suas ações e cooperar em situações de mobilização mais amplas (JUDENSNAIDER et al., 2013). Ainda segundo Judensnaider et al., no ciclo de Junho, em São Paulo, o MPL inovou sua estrutura de organização com o objetivo de ampliar sua autonomia decisória em relação aos seus parceiros tradicionais, os partidos políticos e movimentos sociais de esquerda:

Antes, as decisões eram tomadas num foro ampliado, chamado de “frente de luta” ou “comitê” contra o aumento, que contava com a participação de outros movimentos, sindicatos e partidos políticos. [...]. No entanto, esse formato de organização permitia que interesses políticos de outra ordem interferissem no planejamento das ações, comprometendo a autonomia do movimento e desviando as decisões do foco das reivindicações. Assim, em 2013, partidos políticos como o PSOL e o PSTU e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários entraram como aliados nas manifestações, mas sem poder de decisão sobre questões cruciais como as datas dos atos, os trajetos das passeatas e a orientação da interlocução com o poder público. O MPL acreditava que com isso ganharia autonomia em relação às demandas de partidos e outros atores políticos, as quais nem sempre coincidiam com os objetivos da campanha e com as estratégias de ação direta. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 27).

O ciclo de mobilizações contra o aumento da tarifa é o primeiro, portanto, no qual os partidos não se envolveram diretamente na organização e direção.

Nas Jornadas de Junho os partidos de esquerda não apenas não encabeçaram os protestos, como, no caso de São Paulo, tiveram seus militantes hostilizados nas ruas. Quando os protestos se nacionalizaram e houve a diversificação das pautas, a imprensa começou a noticiar agressões entre os militantes por causa do uso das bandeiras partidárias. Nas redes sociais, militantes de movimentos sociais também relatavam agressões e um clima de tensão entre os diferentes grupos que compunham as manifestações. O protesto marcado para comemorar a vitória do movimento, com a redução da tarifa em São Paulo, foi marcado por um nível de animosidade inédito:

Militantes de partidos políticos e do MPL (Movimento Passe Livre) foram expulsos ontem do ato marcado para comemorar a revogação do aumento da tarifa em São Paulo. O ato [...] foi marcado por um forte confronto entre grupos que se diziam “antipartidos” e militantes do PT, PSTU, PSOL e PCO. [...] Bandeiras de partidos foram arrancadas de manifestantes e queimadas. [...] Militantes do PSOL foram obrigados a tirar a camisa do partido e deixaram o ato chorando. (FSP, 21/06/2013).

Nas redes sociais, a disputa era acirrada entre os que defendiam que os manifestantes deveriam deixar suas bandeiras em casa e os que defendiam o direito de cada um levantar sua bandeira, fosse ela qual fosse. À esquerda se buscava afirmar a natureza popular dos protestos e a legitimidade da presença dos militantes partidários nas manifestações. Logo o MPL tratou de afirmar sua trajetória de esquerda e a fazer a discussão pedagógica sobre a diferença entre ser apartidário e contra os partidos. Os militantes dos movimentos sociais também buscaram marcar posição e afirmaram que se alguns vinham para a rua pela primeira vez, eles estiveram ocupando as ruas desde as lutas contra a ditadura. E, mais uma vez, os cartazes foram instrumentos para pautar posições. À frase “O gigante acordou”, os coletivos de jovens de esquerda atuantes na periferia respondiam: “A periferia nunca dormiu”.

Um dos alvos principais das hostilidades era os militantes petistas, evidenciando uma forte associação entre antipartidarismo e antipetismo. O discurso do ódio – e as imagens eram eloquentes com jovens queimando ou mordendo as bandeiras do PT – ficaria mais evidente na campanha presidencial de 2014.

Na ausência dos atores políticos tradicionais, com seus recursos e expertise na ativação da ação coletiva, o papel de mobilização e recrutamento nos protestos contra o aumento da tarifa foram desempenhados principalmente pelas redes sociais. O ciclo de protestos de Junho não foi construído nas redes sociais. Mas, sem dúvida, a mobilização nas redes foi um fator decisivo para a conformação de suas características. As redes sociais foram um espaço essencial para a produção e difusão de informação alternativa às veiculadas pela mídia tradicional, principalmente a partir dos vídeos feitos pelo celular. Os debates realizados nas redes repercutiam o clima da rua; a mobilização gerada na rede construía o desejo de ir para a rua. No livro “Vinte centavos”, os autores exploram essa relação entre as redes e a rua:

O evento agendado pelo Facebook, que no dia 13 contava com quase 30 mil confirmações, passa a ter, na segunda-feira, cerca de 215 mil – ou seja, 7 vezes mais do que o ato da quinta-feira e quase 20 vezes mais do que o da terça-feira anterior, que contava com cerca de 12 mil confirmados. À ampliação do apoio nas redes sociais corresponde o crescimento de manifestantes nas ruas – em uma semana, o movimento ganha uma adesão massiva que surpreende, inclusive, os organizadores. (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Um pequeno texto chamado “Cartografia dos espaços híbridos”, divulgado nas redes sociais no calor dos acontecimentos, traz uma visão muito interessante sobre o uso das redes sociais entre os dias 5 e 21 de junho, e conclui:

A mobilização cidadã nas ruas a partir das redes sociais criou um espaço híbrido entre as redes e as ruas. Havia quem estivesse nas ruas relatando, pelas redes, o calor da mobilização social. Havia quem estivesse nas redes, interagindo, compartilhando e se posicionando, aumentando a mobilização e amplificando o engajamento social, para muito além das ruas [...]. A tendência que emana desse momento híbrido é que, cada vez mais, redes de opinião enfrentarão outras redes de opinião. (INTERAGENTES, 2013).

Obviamente não se trata de reduzir o recrutamento às interações virtuais. As redes face a face e a infraestrutura tradicional de mobilização por certo continuaram operando. Trata-se, isso sim, de reconhecer a importância das redes sociais na convocação para os protestos, principalmente para um público caracterizado em sua maioria por jovens⁸.

3 As performances de confrontação

Na campanha pelas Diretas Já, as “festas-comício” compunham a parte central do repertório de confrontação. Elas eram realizadas, no geral, a partir de acordos entre os governadores, lideranças partidárias e organizações de movimentos e foram realizadas em várias capitais. Eram grandes eventos públicos, que duravam em torno de cinco horas, e que costumavam contar com a presença de artistas e cantores. Pagos pela direção dos partidos ou por governadores comprometidos com a causa, os megacomícios das Diretas Já eram verdadeiras festas cívicas, que recuperavam e recriavam os antigos comícios do passado, conferindo-lhes uma nova roupagem (RODRIGUES, 2003, p. 100).

Em São Paulo foram quatro grandes eventos realizados entre novembro de 1983 e junho de 1984. O maior deles foi a festa-comício no Vale do Anhangabaú, em 16 de abril de 1984, que reuniu um milhão e quinhentas mil pessoas. Rodrigues (2003, p. 80-83) conta que o evento foi planejado pelo comitê paulista pró-Diretas, e que o esquema previa que passeatas sairiam de pontos diferentes da cidade e se encontrariam na Praça da Sé. Antes de comporem a grande massa nas avenidas, as pessoas se organizavam em grupos, nas torcidas de clube de futebol, nas associações de moradores, nos sindicatos, nos movimentos populares, repartições públicas etc. Outras iam

⁸ Pesquisa Datafolha divulgada em 18/6/2013 informava que 84% dos manifestantes não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de alguma manifestação, 81% se informaram pelo Facebook e 85% buscaram informações pela internet (Datafolha, 18/6/2014).

se somando como indivíduos ao longo do percurso. De pontos variados, iam então seguindo em passeata até a concentração no Vale do Anhangabaú, com uma comissão de frente formada por governadores, presidentes de partido, parlamentares e lideranças da sociedade civil.

No palanque repetiram-se as cenas com as quais o país já se acostumara: artistas enviando mensagens e cantando canções pelas Diretas, homenagens a Teotônio Vilela, o locutor Osmar Santos comandando o microfone, a cantora Fafá de Belém soltando uma pomba branca etc. [...] Terminados os discursos, as autoridades no palanque deram-se as mãos e as ergueram, enfatizando a unidade do movimento, e entoaram o Hino Nacional com a Sinfônica [Orquestra Sinfônica de Campinas], o maestro [Benito Juarez] e a multidão. (RODRIGUES, 2003, p. 83).

Ao lado do comício, as estratégias de ação dos opositoristas incluíam também a realização das “Caravanas das Diretas”. A Caravana das Diretas tinha como objetivo levar a campanha das Diretas às cidades do interior do país, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e foram organizadas por Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade, presidentes do PMDB, PT e PDT (BARTONCELLO, 2009). A peregrinação incluía grandes lideranças nacionais, políticos locais, artistas e cantores regionais. Em cada cidade que chegava, a Caravana era recebida com uma festa-comício, na praça central. O jornalista Ricardo Kotscho narrou nos seguintes termos a chegada da Caravana em Macapá:

Com banda de música, carnaval, faixas, rojões e um cortejo de carros e caminhões, a Caravana das Diretas, agora só com Ulysses Guimarães e Doutel de Andrade, chegou ontem à tarde ao Amapá [...]. Macapá [...] nunca viu festa igual. Desde às 3 horas da tarde, o aeroporto internacional de Macapá já estava tomado por jovens que cantavam refrões tendo como tema as eleições diretas. Nas ruas onde o cortejo passava, ao longo de quatro quilômetros, até a sede do diretório regional do PMDB, instalado numa pequena sala, as pessoas acenavam, gritavam, batiam palmas. À frente do cortejo, seguia um caminhão com aparelhagem de som e só tocava uma música o tempo todo: “Caminhando”, de Geraldo Vandré, cantada por Simone. E o povo seguia atrás, cantando junto [...]. Nos intervalos para voltar a fita, o locutor convoca a população para o comício: “20 anos de ditadura é o suficiente. Ninguém agüenta mais. (KOTSCHO, 1984, p. 39-40).

A Caravana das Diretas completou 22 mil quilômetros de viagem por 15 estados, reunindo quase 1 milhão de pessoas (RODRIGUES, 2003). Nas manifestações pelas Diretas Já, havia ainda enterro simbólico de políticos da

ditadura, críticas à presença da Rede Globo, com o conhecido “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”, e a mistura de grupos com estilos e palavras de ordem próprios. As músicas de Chico Buarque e Geraldo Vandré marcavam o ritmo dos protestos. Uma festa cívica que deixava no ar “um clima de carnaval misturado com copa do mundo”. (KOTSCHO, p. 1984).

Na campanha pelo *impeachment* de Collor, a descontração também foi uma marca importante dos protestos. As primeiras manifestações começaram em junho de 1992, quando os trabalhos da CPI mostravam certa paralisia. Foram realizados atos com a presença de partidos de oposição, entidades sindicais e movimentos sociais. Mas foi em agosto que as manifestações começaram a tomar corpo, principalmente a partir da participação dos estudantes. Se a marca das Diretas Já foram as grandes festas-comício, na campanha pelo *impeachment* do presidente destacavam-se os jovens e suas caras pintadas de verde e amarelo. Passeatas, seguidas de comícios, compunham as principais estratégias de confrontação. O estilo de Fernando Collor de Melo ofereceu os principais estímulos à mobilização, ditando os termos de sua encenação.

Em 13 de agosto, em um discurso improvisado, o presidente pediu ao “povo brasileiro” que saísse às ruas, no domingo dia 16, vestido de verde e amarelo em defesa do seu mandato. No domingo, o país se vestia de preto e encenava o enterro simbólico do presidente. As carreatas foram comuns em várias cidades e muitas vezes abriam o espaço para as passeatas que lhe seguiam. Nos atos, também houve a presença de artistas e cantores animando a multidão, em carros de som ou palanques montados em pontos estratégicos. Encenações artístico-culturais compunham o cardápio do protesto. Assim como na campanha das Diretas, teve também Fafá de Belém cantando o hino nacional. Para pressionar e acompanhar as votações, houve “vigília cívica”, em frente ao Congresso Nacional, como nas Diretas, e inauguração do “Painel da Indignação”, em São Paulo, idealizado para colher manifestações de protesto da população e encaminhá-las ao Congresso.

Nos protestos de 2013, houve imagens semelhantes às duas outras campanhas: a massa nas ruas ocupando o centro do capitalismo no Brasil, em passeatas marcadas pela alegria e descontração. Rostos jovens predominaram como no “Fora Collor”, e bandeiras vermelhas se misturaram com o verde e amarelo de nossa bandeira.

Mas as semelhanças terminam aqui.

Nas Jornadas de Junho, não houve comício, carro de som e tampouco artistas para animar a plateia. Não houve liderança partidária e nem apoio dos governadores ou prefeitos. Os espaços que demarcavam a temporalidade dos eventos também era outra. Nas Diretas Já e no *impeachment*, o poder das ruas visava influenciar diretamente o poder legislativo. Afinal, nos dois casos eram os deputados que poderiam atender as reivindicações do povo na praça, aprovando a Emenda Dante de Oliveira, e o pedido de admissibilidade do *impeachment*, respectivamente. Esse espaço de canalização dos conflitos marcou a dinâmica interna dos ciclos de mobilização. Nos dois casos, a pressão das ruas visava influenciar a opinião e o voto dos deputados, ao mesmo tempo em que a definição e a preparação dos grandes comícios seguiam o *timing* previsto para a votação da Emenda no Congresso (TATAGIBA, 1998; RODRIGUES, 2003; RODRIGUES, 2003; KOTSCHO, 1984).

Em junho, o *timing* do protesto seguia a decisão do MPL de “asfixiar o poder executivo” com manifestações sucessivas em intervalos curtos. Segundo Judensnaider et al. (2013), a decisão foi resultado do aprendizado propiciado pelas lutas anteriores:

A campanha de 2011 havia durado dois meses e [...] ela não foi capaz de pressionar o poder público a revogar o aumento da tarifa. A avaliação do movimento foi a de que faltara mobilização, os intervalos entre os atos haviam sido grandes demais e nem sempre as vias mais importantes tinham sido interditadas. [...] A estratégia para 2013 era a de realizar atos grandes e de maior impacto, em vias mais centrais, e com curto intervalo de tempo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público, fazendo jus ao lema do MPL: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 26).

E a cidade efetivamente parou. Embora a ocupação de vias centrais fosse algo comum, em outras manifestações no Brasil era a primeira vez que vias expressas e acessos essenciais a vários pontos da cidade eram bloqueados, em horário de pico, aumentando o caos no trânsito paulistano. E, ao final de cada manifestação, vinha a promessa, ou a ameaça, a depender do ouvinte: “Amanhã vai ser maior” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 26), entoada pela multidão nas ruas.

Mas talvez a principal inovação nos protestos de junho, em relação aos ciclos anteriores, tenha sido a presença das estratégias violentas de confron-

tação. Desde os primeiros protestos, a estética da violência se destacou nas ruas e na cobertura da imprensa. Pneus e latas de lixo incendiados, fachadas de bancos destruídas, estações de metrô depredadas, carros de emissoras de televisão atacados, tentativa de invasão de sede dos governos e do legislativo, confronto aberto com a polícia. Nesse contexto, deu-se uma das mais belas imagens do protesto, a ocupação da fachada externa do Congresso Nacional, com a sombra dos manifestantes ampliando-se sobre um dos nossos principais símbolos do poder.

Os jovens de preto, com suas máscaras, completam o espanto. Pela primeira vez, os brasileiros eram apresentados à tática *black blocs*, “novidade” dos protestos globais em Seattle. Tudo transmitido em tempo real, na internet, pelas mídias alternativas, como a Mídia Ninja, e depois nos noticiários televisivos que suspenderam sua programação para cobrir o conflito, utilizando metáforas de guerra. Se o risco e a estética da violência são marcas da identidade do MPL, e já se manifestaram em protestos anteriores (DOWBOR; SZWAKO, 2013), a ação desmedida e inconstitucional da polícia de São Paulo com o uso de bombas de concussão, gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha ajudou a conflagrar ainda mais o clima nas ruas.

O uso da violência como estratégia é um elemento que não se fizera presente nos ciclos de protestos anteriores e que também não se notara, com essa extensão, nas ações diretas protagonizadas pelos movimentos do campo popular no período recente. A dimensão, o significado e o enquadramento do uso da violência na ação coletiva são dados novos que emergem desse ciclo de protestos e que ainda requerem uma análise mais cuidadosa. Será interessante verificar se estamos diante de uma estratégia de confrontação que será incorporada por outros movimentos, ou se foi uma ação localizada motivada pela insensatez da polícia.

4 Ciclos de protestos e democracia: algumas reflexões para iniciar o debate

Afinal, o que podemos então apreender da comparação entre os ciclos de protestos no que se refere à relação entre política institucional e contestatória e os desafios da democracia brasileira nesse novo século?

Como vimos, há interessantes continuidades das Jornadas de Junho em relação aos ciclos que a precederam, principalmente no que se refere à

construção simbólica dos protestos e às performances confrontacionais. A relevância do tema da corrupção, a evocação dos símbolos nacionais, a repetição de palavras de ordem como “O povo não é bobo, fora Rede Globo!” presente desde as Diretas Já, a marcha sobre vias importantes das grandes capitais, a festa e o humor como forma de luta política, o enterro simbólico dos poderosos, entre outros. Continuidades que expressam a modularidade dos repertórios de confronto com a repetição de práticas presentes em outras mobilizações pelo mundo.

Mas nessas reflexões finais gostaria de me debruçar sobre as rupturas e a inovação que a Jornada de Junho traz em relação aos ciclos anteriores. E, nesse sentido, uma das mudanças mais significativas diz respeito à infraestrutura do protesto, em particular ao papel e lugar dos partidos políticos e dos movimentos sociais tradicionais na organização e construção da mobilização.

Na Jornada de Junho, a lógica do “cada pessoa um cartaz” foi expressão eloquente da crise de representação das democracias contemporâneas. Uma crise que tende a se agravar com a incapacidade das elites políticas em estabelecer novos e mais interativos canais de comunicação com a juventude. Mas foi também expressão do desejo dos jovens de traduzir e intervir no mundo. Nesse sentido, a crise de representação não se traduziu apenas em apatia ou negação da política, mas deu curso também a uma aposta na participação direta como forma de solução dos problemas. Rodrigues, referindo-se à Campanha das Diretas, dizia que “as pessoas saíam às ruas para ver a si próprias, para espantar-se com a própria capacidade de indignação” (RODRIGUES, 2003). Em Junho, a essa realização/contemplação do próprio poder, parecia se somar a imperiosa necessidade de marcar presença na cena pública “nos seus próprios termos”. Como vimos, as características do MPL reforçavam esse convite à autoexpressão.

É interessante verificar a incapacidade não apenas dos governos, mas também dos partidos políticos de construir pontes com essa nova geração que foi às ruas em 2013. Breno Altman, em um artigo escrito no calor dos acontecimentos, referiu-se ao divórcio entre as esquerdas e as ruas, um divórcio que fora particularmente evidente no caso do PT (ALTMAN, 2013). A posição assumida pelo PT ao longo dos últimos 30 anos teve significativo impacto na configuração interna dos ciclos. Em 1984, o PT era *partido-movimento*, e como tal integrou a campanha das Diretas Já, com funções de organização e

de atuação na base, a partir de sua extraordinária capacidade de mobilização e recrutamento. No ano de 1992, o PT estava na condição de *partido-na-oposição*, e como tal integrou a frente suprapartidária pró-*impeachment* ainda com grande capacidade de mobilização e recrutamento, principalmente de setores do funcionalismo público. Em 2013, o PT já estava há 11 anos à frente da coalizão no plano federal, e em São Paulo era o começo da gestão do petista Fernando Haddad, e a situação de *partido-no-governo* marcou o posicionamento distante e reticente do PT em relação aos protestos. Teixeira e Baiocchi (2013) lembram que também os movimentos sociais tradicionais tiveram dificuldade em encontrar o seu lugar junto aos coletivos presentes nas Jornadas de Junho. A história comum forjada nas lutas contra a ditadura, os ganhos sociais inegáveis obtidos nas gestões Lula e Dilma e o risco de que a direita capitalizasse em cima dos protestos levou parte desses movimentos sociais, principalmente os movimentos populares, a cerrar fileiras em defesa da presidenta e de seu programa e assumir uma postura no mínimo ambígua em relação aos protestos.

No ciclo de protestos inaugurado nas lutas contra o estado ditatorial forjou-se essa aliança entre movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda e igreja católica progressista que ofereceu o contraponto para os rumos da transição, forjando um sentido de democracia que teve profundos impactos na construção da institucionalidade democrática nas décadas de 1990 e 2000, assim como na conformação dos padrões de relação entre movimentos sociais e estados ao longo de todo o período democrático (TEIXEIRA, 2013).

Os ciclos de protestos das Diretas Já e do Fora Collor são expressões desse tipo particular de vínculo entre política institucional e contestatória. Parte significativa do setor de movimentos sociais apostou na democracia como projeto político e na participação democrática como forma de acesso e garantia de direitos. Como afirma Teixeira (2013), a democracia participativa conformou um imaginário social que deu sentido às interações entre movimentos sociais e estado e sedimentou um caminho próprio para as mudanças por dentro das regras do jogo. Foi essa aposta e a luta que ela engendrou que conferiu ao Brasil uma das mais inventivas e sólidas arquiteturas participativas da América Latina. O ponto alto desse processo de mudanças foi a eleição de Lula como presidente em 2002.

A impressão é que o projeto de esquerda concebido em torno do PT perdeu o vigor e não aparece como uma alternativa para parte significativa dos jovens que tomaram as ruas do país. As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos.

O ciclo de protestos de junho interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro do estado e através das regras do jogo democrático. Os jovens que foram para a rua não fizeram parte desse acordo, e não se veem por ele constrangidos, como aponta de forma precisa Rebecca Abers:

[...] this invigorated younger generation of activists has few commitments to the institutional project that dominated the Brazilian Left of the 1990s. For several decades, a good part of institution building in this country has been done with the help of activists committed to an ideal of participatory democracy that they believed could be made real through the construction of new kinds of government institutions. It is unclear whether a new generation will carry that project forward. Certainly, the organized groups involved in the June protests are much less optimistic than their predecessors about the possibility of building a more radical democracy from within the political system. (ABERS, 2013).

Para além da questão geracional, é importante considerar também a complexidade do associativismo brasileiro forjado ao longo desses trinta anos. De um lado, anarquistas, *harkers*, grupos culturais da periferia, juventude negra, homossexuais, blogueiros ativistas, jovens feministas, comunidades autossustentáveis – coletivos que encontraram grau variado de reconhecimento político ao longo dessa década de governo petista e que hoje emergem na cena pública reivindicando o direito de ter sua voz ouvida e seus interesses considerados. Nessa mesma direção, destacam-se os impactos dos avanços nas políticas sociais, associados à militância submersa de grupos políticos e culturais da periferia, que colocaram no centro do debate as políticas redistributivas, com fortes conotações de classe e raça. Ouso dizer que, no bojo desse contraditório processo, os pobres têm encontrado brechas para emergir na cena pública com rosto e voz próprios, embora muitas vezes o que seja ouvido sejam fragmentos de discurso. Sua principal expressão hoje é a luta das comunidades periféricas

contra o extermínio da juventude negra, a violência policial e por políticas permanentes de acesso e permanência à cidade. Alguns eventos tiveram força expressiva na comunicação desses conflitos, como o alvoroço criado em torno dos “rolezinhos”, a campanha “Cadê Amarildo”, o “churrasco da gente diferenciada”, a luta contra a revista vexatória nas prisões, entre outros. Ao mesmo tempo, assistimos ao espraiamento das doutrinas religiosas neopentecostais, principalmente junto às classes C e D, que reforçam discursos conservadores que estão à contramão dos árduos avanços conquistados nas últimas décadas em torno da garantia e defesa dos direitos das minorias, como a agenda de redução da maioria penal e as mobilizações contra o reconhecimento da liberdade sexual e reprodutiva.

O associativismo brasileiro é hoje muito mais diverso e o ator coletivo que saiu às ruas em junho é uma mistura de tudo isso, com uma relação de aproximação e tensão com uma nova direita política. Como os movimentos sociais dos anos de 1970, eles querem mudança. Diferentemente desses atores, não parecem dispostos a investir muitas fichas no diálogo institucional. O estopim para a luta foi o aumento da passagem dos ônibus, uma pauta radical na sua potência para denunciar o distanciamento dos pobres ao acesso aos direitos mais elementares. O horizonte das lutas parece, contudo, ainda mais amplo. O jogo está sendo jogado e a atual incapacidade das elites políticas e dos partidos políticos de esquerda de dialogar com esse novo e complexo ator coletivo e buscar encaminhar suas demandas por dentro das instituições sugere que a radicalização, a polarização e o uso da violência como estratégia podem ter vindo para ficar.

Referências

ABERS, R. N.; OLIVEIRA, M. **NGOs, parties and the State**: the career trajectories of environmental policy makers under the workers' party in Brazil. Trabalho apresentado no XXXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Washington D.C., 2013.

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertoires of state-society interaction in a heterogeneous State: the experience under Lula. In: CASTRO, F. de; KOONINGS, K.; WIESEBRON, M. (Ed.). **Brazil of Lula**: a country in transformation. England: Palgrave, 2014.

ALTMAN, B. As ruas fazem soar o alarme para o PT e o governo. *Brasil 247*, 19 jun. 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/105752/As-ruas-fazem-soar-alarme-para-o-PT-e-o-governo.htm>.

BAIOCCHI, G.; TEIXEIRA, A. C. “Pardon the inconvenience, we are changing the country”. *Boston Review*, 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://bostonreview.net/blog/pardon-inconvenience-we-are-changing-country>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BAIOCCHI, G.; HELLER, P.; SILVA, M. K. **Bootstrapping democracy**: transforming local governance and civil society in Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2011.

BERTONCELO, E. R. E. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p.169-196, 2009.

BLIKSTAD, K. D. **O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político**: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação. 2012. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 2012.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L.. Mouvements sociaux et participation institutionnelle: répertoires d’action collective et dynamiques culturelles dans la difficile construction de la démocratie brésilienne. *Revue internationale de politique comparée*, v. 17, n. 2, p. 167-185, 2010.

DOWBOR, M. **Arte da institucionalização**: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. **Respeitável público...:** performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300004&lng=en&nrm=iso>.

INTERAGENTES. Cartografias dos espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil**. Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITÃO, L. R. dos S. **Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação**: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as mobilizações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2001.

MORITZ, M. L. R. de F. **A nação moralizada**: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

MPL-SP (Movimento Passe Livre - São Paulo). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as mobilizações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

RODRIGUES, A. T. **Diretas Já**: o grito preso na garganta. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Estudantes na política em tempos de mobilização e crise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 1, 1993.

_____. **Brasil de Fernando a Fernando**: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

ROMÃO, W. de M. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 1, n. 2, 2013.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan/abr 2010.

_____. Sociedade civil no Brasil: institucionalização e/ou contestação. **Em Debate**, Belo Horizonte, a.3, n. 4, p. 37-43, dez. 2011.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 86-125, 2011.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 23-48, 2010.

SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. **Políticas em rede**: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no 36 Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

TARROW, S. **Power in movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: University Press, 2011 (1994, 1998).

TATAGIBA, L. **O impeachment do presidente Collor**. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.

_____. **Os significados da ética na política:** articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Unicamp, 1998.

_____. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Org.). **São Paulo miradas cruzadas:** sociedad, política y cultura. Quito: OLACCHI, 2011.

TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, K. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, n. 84, p. 175-217, 2011.

_____. The left and the June protests in Brazil. **Mobilizing Ideas**, 4 set. 2013.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, e Nov 2012. p. 399-426, 2012.

TILLY, C. **Contentions performances.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TIRELLI, C. T. **Reconfiguração da Assistência e Organização Social no RS: um estudo das organizações que participaram do Programa Rede de Parceria Social entre 2008 e 2010.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

Recebido em 16.09.2014

Aprovado em 29.01.2015

1984, 1992 and 2013. On protest cycles and democracy in Brasil

Abstract

This essay analyses the protest cycle against public transport fare increase, in June, 2013. The analytical strategy consists in comparing and contrasting the main characteristics of that cycle to other recent cycles in recent Brazilian history: the *Diretas Já*, in 1984, and *Fora Collor*, in 1992. It compares the three mobilization cycles in terms of: frames, infrastructure of the protests and confrontational performances. The essay attempts to respond two questions: which are innovations and continuities among cycles? And, what those differences and similarities tell us about the challenges of Brazilian democracy today?

Keywords: Protest cycle. Social movements, Democracy.